

## HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA: UMA ABORDAGEM ACERCA DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

Ana Paula dos SANTOS

O presente texto tem como intuito apresentar resultados parciais da pesquisa “Lago de Memórias: A submersão das Sete Quedas”, vinculada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, na linha de pesquisa Fronteiras, Populações e Bens culturais<sup>1</sup>. Nesse sentido, privilegia a análise do impacto da Construção da Hidrelétrica de Itaipu, não apenas na natureza, mas também na vida de homens e mulheres, antigos moradores de Guaíra – uma cidade localizada no Oeste do Paraná, na faixa de fronteira entre o Brasil e Paraguai.

A localidade recebeu a denominação de Guaíra ou Guahyrá, que na língua indígena dos guaranis significa lugar de difícil acesso, cascata intransponível, devido as Sete Quedas. Todavia, a construção da Hidrelétrica de Itaipu, iniciada em 1974, provocou um impacto na vida de homens e mulheres dessa região, que tiveram o curso de suas histórias modificado. A história de vida das populações atingidas pela construção de Itaipu está fortemente marcada por um tempo antes e outro depois da formação do Lago de Itaipu. Espaços e paisagens foram submersos, lugares onde estavam depositados anos de vida foram forçosamente abandonados. A construção da Hidrelétrica de Itaipu afetou diretamente os municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra, uma vez que se fazia necessária a construção de um reservatório e, para isso, uma área de 1350 quilômetros quadrados (780 no Brasil e 570 no Paraguai) foi submersa.<sup>2</sup>

A formação do Lago de Itaipu em novembro de 1982 fez desaparecer os Saltos das Sete Quedas, um espaço repleto de significações para os guairenses. Contudo, a grandiosidade desse reservatório reconhecido como o segundo maior lago artificial do mundo, menor apenas que o Lago Nasser, formado pela barragem de Assuã, no Rio Nilo (Egito) suplantou, nos discursos das autoridades que defenderam a modernidade de Itaipu, os signos que remetiam à identidade dos habitantes da região. Porém, as antigas lembranças ainda povoam a memória desses sujeitos, que parecem esquecidos pela “história oficial”. Nessa direção, buscarei, na tentativa de compreender esse passado, também preservar os registros e as interpretações que esses cidadãos guardaram do processo de edificação dessa hidrelétrica.

Uma vez realizada a apresentação sucinta do objeto de pesquisa, lançarei mão de algumas reflexões a respeito dos métodos da história oral, uma vez que para estudar e compreender a percepção que esses sujeitos têm acerca desse episódio, bem como decifrar a apreensão das falas, o testemunho oral constitui uma atividade fundamental para o

desenvolvimento dessa investigação. Essas falas são reveladoras de experiências vivenciadas, de memórias que se foram construindo e ainda se constroem em meio a um complexo de lutas. Nessa perspectiva, buscarei me deter na bibliografia centrada no trato dessa metodologia, uma vez que o trabalho com a fonte oral supõe uma densa reflexão teórica, especialmente por considerarmos descartada a possibilidade de utilizar a fonte oral enquanto apoio factual ou ilustração qualitativa no presente estudo. A evidência oral também exige e deve ter a mesma receptividade e controles críticos que se aplicam a qualquer outra fonte utilizada pelo historiador na apreensão do seu objeto de análise e compreensão do passado, como por exemplo, os artigos de jornais, relatórios políticos ou um documento lavrado em cartório.

Entretanto, é imprescindível pontuar uma característica própria da fonte oral que, talvez constitua uma das singularidades do trabalho pautado em fontes orais. Essa especificidade reside no fato de que os meios e acervos de que dispõe o pesquisador para a construção da percepção, no tempo e no espaço, da experiência humana surjam do trabalho direto com pessoas, seres humanos concretos possuidores de emoções e experiências próprias, e não com dados estáticos, ou com algo já pronto. Assim, tomarei com ponto de partida as considerações realizadas por Janaína Amado nos seguintes termos:

“pessoas (...) não são papéis. Conservar com os vivos implica, por parte do historiador, uma parcela muito maior de responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser, não apenas lançará luz sobre as pessoas e personagens históricos (como acontece como quando o diálogo é com os mortos), mas trará conseqüências imediatas para as existências dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais (...)”<sup>3</sup>

Há uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história, a que e por sua vez, como comentei, difere daquela que o historiador mantém com um documento inanimado; pessoas merecem respeito e estão ali no momento da entrevista para serem ouvidas e não estudadas. Portanto, seus relatos, suas versões devem ser levadas em consideração.

No entanto, é certo que a tentativa de reconstrução do passado através das fontes orais implica para o pesquisador no reconhecimento das várias versões acerca do tema relatado; porém, isso não significa que deva aceitar de modo acrítico a história de vida da pessoa como uma narração do acontecido. Nesse sentido, meu objetivo ao trabalhar a oralidade volta-se menos ao interesse em afirmar o relativismo total da “verdade”, e mais à tentativa de compreender a formação das “verdades” dentro das histórias de vidas para poder refletir, num segundo momento, sobre o passado. Menos que detectar mentiras interessam-me as versões. Portanto, a preocupação principal consiste em aprofundar e compreender os percursos das narrativas, os movimentos presentes na memória. Interessa-me aprofundar reflexões sobre as narrativas enquanto possibilidades de apreender os modos de viver, as

experiências ocultas, as lutas presentes na memória e na cultura popular, que em última instância, talvez seja o que melhor produz o trabalho com a fonte oral para o pesquisador.

A memória por ser dinâmica acompanha as transformações, mas também resiste às mudanças que muitas vezes e por vários motivos optamos por não fazer. Nesse caso, como bem o lembram os especialistas, podemos compreender os relatos orais não apenas como uma dada compreensão do passado do que “realmente” aconteceu, mas também daquilo que deixou ou que deveria ter ocorrido. Se o que buscamos é apreender a memória, e acredito que esta não se encontra na fala, é preciso também um esforço numa tentativa de compreender as significações dos silêncios da memória, mais do que distorções da memória o silêncio deve ser pensado também como recurso a ser explorado e compreendido.

Nesse sentido, torna-se oportuna a reflexão de Raphael Samuel, quando escreve:

a memória longe de ser meramente um receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de imagem do passado, é, isto sim, uma força ativa, que molda; que é dinâmica – o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra – e que ela é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo.<sup>4</sup>

A fonte oral possibilita reflexões sobre o mundo até então negligenciadas, possibilita compreender o vivido, as experiências no interior de uma cultura. As narrativas de antigos moradores rompem as barreiras da memória e trazem à tona o “não dito” por fontes escritas. São narrativas que mostram os limites do projeto de Itaipu e ainda no presente lutam para manter a memória. No conjunto dos depoimentos de antigos moradores da cidade, a fala de Joaquim Acácio Simão, ex-trabalhador do Parque das Sete Quedas, é significativa. São falas que buscam vestígios de um espaço perdido no tempo, mas que para ele mantém uma dada visibilidade: *“fica na mente toda vida (...) quer dizer que eu tenho ela na mente certinho. Do jeito que ela era eu tenho as queda”*<sup>5</sup>.

Os depoimentos de homens e mulheres levam-me a visualizar uma luta, invisível, pela manutenção da memória de paisagens e espaços que ficaram pelo caminho. Nessa perspectiva vou buscando ao longo dessa trajetória recolher o que parece ter ficado pelo caminho, procurando reunir elementos para a narrativa de uma dada visão sobre o significado da formação do Lago de Itaipu e o desaparecimento das Sete Quedas.

Neste sentido, estudar a memória é também remeter-se à memória dos excluídos, às lembranças daqueles que a fronteira do poder lançou à margem da história, a um outro tipo de esquecimento ao retirar-lhe o espaço oficial ou regular da manifestação do direito à fala e ao reconhecimento da presença social.<sup>6</sup>

Nesse caso, estudar memória não é apenas falar da vida e de sua perpetuação através da história, mas é também falar do seu reverso, dos esquecimentos, dos silêncios e, ainda, da

permanência das memórias subterrâneas entre o esquecimento e a memória social. A memória é pensada como parte da vida desses sujeitos. Assim, “o passado e o presente constituem duas temporalidades que não se excluem como duas consciências porque cada uma só se sabe projetando-se no presente e porque aqui elas podem enlaçar-se”.<sup>7</sup>

Partindo desse pressuposto, busco recontar a História de Itaipu tendo como perspectiva ouvir vozes que foram silenciadas, e encontrar nesses relatos homens e mulheres, seres humanos concretos, que estão ausentes dos relatos de Itaipu; afinal, como escreveu Thompson<sup>8</sup>, a história não é apenas registro de transformações tecnológicas neutras e inevitáveis, mas é também o relato da exploração e da resistência à exploração. Nesse sentido, é imprescindível ir buscar as marcas e vestígios que as camadas populares têm desse episódio. É preciso ir “apanhando” o que ficou esquecido pelo caminho.

A relação do presente com o passado ainda é muito forte nos depoimentos dos pescadores daquela região. Como se pode observar nas falas daqueles homens, nadar nas águas do “violento” Rio Paraná era uma prática comum. O depoimento do Sr. José Gonçalves, é expressivo nesse sentido:

“(…) naquela época nós tirava o sustento do rio mesmo, que nem eu (...) sempre explico pro meus filhos hoje (...) eu tinha o tamanho desse moleque aí meu, eu pegava eu armava uma redinha em qualquer lugar do barranco aí (...) pra compra pão de manhã cedo, já que a peixaria era aqui embaixo. Cê já vinha do rio, já vendia o peixe, já passava na padaria e já comprava o pão, já tinha o café da manhã cedo (...)”<sup>9</sup>

Ao narrar sua experiência no Rio Paraná, Zé Gonçalves, como é mais conhecido, vai mostrando a importância que este vai tomando em sua vida, vai revisitando o cotidiano de sua própria infância e utilizando-se das linguagens e artimanhas desse período: “*armava uma redinha em qualquer lugar do barranco*”; mesmo com a significativa quantidade de peixes que havia no rio, foi preciso inserir-se no mundo do trabalho ainda criança para ajudar nos gastos da família; assim o mundo da infância se imbricava com o mundo de responsabilidade do adulto. Essas lembranças constituem presenças marcantes na vida de Zé Gonçalves e o remetem ao cotidiano da família ribeirinha, no qual as brincadeiras de infância se mesclam ao trabalho. O sabor dos arriscados banhos no Rio Paraná misturam-se às atividades da pesca, da sobrevivência.

Com propriedade Portelli<sup>10</sup> chama a atenção dos pesquisadores assinalando que a análise de depoimentos pode implicar na percepção de múltiplos fragmentos de memória inter-relacionados: “*Na verdade estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideologicamente e culturalmente mediadas*”.

A memória desses sujeitos apresenta histórias de vida marcadas pela construção da Hidrelétrica de Itaipu e pelo desaparecimento das Sete Quedas. Trata-se de narrativas que remetem à “dor da perda”, mas apontam aspectos de uma experiência vivida que a história oficial deixou de contar. São muitas as narrativas que condensam aspectos da memória individual, da memória coletiva e também da memória oficial. A memória popular apresenta a história de Itaipu de uma perspectiva diferenciada. Mas segundo Michel Pollack,<sup>11</sup> ao se privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância das memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial, no caso, à memória nacional.

Em síntese, o estudo dessas memórias torna-se relevante na medida em que se reconhece que as diferentes versões da construção de Itaipu não se resumem à exclusividade da memória oficial; muito pelo contrário, os guairenses e demais habitantes daquela região foram atingidos pela construção de Itaipu e, na condição de sujeitos históricos, ao longo desses anos vêm (re) elaborando suas memórias, mostrando-se capazes de reinterpretar, enfrentar e negar a noção de história construída pela perspectiva oficial.

Ao (re) visitar a memória dos moradores, torna-se perceptível o quanto as paisagens, os espaços, os causos, enfim, as experiências de vida se mantêm presentes entre essa população. A cada fala, a cada gesto dessas pessoas perpetuam-se traços desse passado recente. A explicação oficial não conseguiu calar as vozes desses sujeitos, o que torna a memória resistente e por isso ativa. Desse modo, tais indícios sinalizam que o trabalho com as fontes orais pode possibilitar a retomada de memórias que foram ocultadas.

## NOTAS

<sup>1</sup> Pesquisa orientada pela Dr<sup>a</sup>. Sandra C.A. Pelegrini, Doutora em História Social pela USP

<sup>2</sup> SOUZA, Edson Belo Clemente. *Os efeitos sociais provocados pela construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional*. Foz do Iguaçu: (Unioeste) 1992, p. 42.

<sup>3</sup> AMADO, Janaína. A Ética nossa de cada dia. In: *Revista Projeto História* (15). São Paulo: Educ.abr.1997:146.

<sup>4</sup> SAMUEL, Rafael. Teatros da Memória, In: *Projeto história 4*. São Paulo: Educ. 1989: 44.

<sup>5</sup> Depoimento de Joaquim Acácio Simão, em 7 de agosto de 1999. Guaíra - Paraná.

<sup>6</sup> FELIX, L. Otero. *História e Memória. A problemática da pesquisa*. Passo Fundo, Ediuf, 1998: 42.

<sup>7</sup> MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. apud. SANTANA, Charles d’Almeida. *Fatura e ventura camponesas. Trabalho, Cotidiano e Migrações* (Bahia 1950-1980 ). São Paulo: Annablume, 1998, p.17.

<sup>8</sup> THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998: 297.

<sup>9</sup> Depoimento do Senhor José Gonçalves dos Santos em 7 de junho de 1999, (residência), Guaíra - Paraná.

---

<sup>10</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana 29 de junho de 1994): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína & MORAES, Marieta (org). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: 106.

<sup>11</sup> POLLACK, Michel. *Memória, silêncio, esquecimento*. Estudos Históricos, v.2, n.3, 1989: 2.